

REFAP, 58 ANOS:

UMA REFINARIA QUE CONTINUA PÚBLICA PORQUE OS PETROLEIROS LUTARAM



CUIDAR DA SAÚDE MENTAL TAMBÉM É DISCUTIR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO



O **SETEMBRO AMARELO** reforça a importância da **prevenção ao suicídio**, do acolhimento e da busca por ajuda diante do sofrimento psíquico. Mas quando falamos da saúde mental dos trabalhadores/as, há uma questão que não pode ficar de fora: as condições e a organização do trabalho também podem adoecer.

Pressão permanente por resultados, metas abusivas, assédio moral, medo da demissão, falta de reconhecimento, jornadas extensas, redução das equipes, sobrecarga e pouco tempo para descanso e convivência familiar são situações que podem contribuir para o sofrimento mental. Por isso, campanhas empresariais não podem tratar o problema apenas como uma questão individual, sem enfrentar as condições que produzem sofrimento dentro dos locais de trabalho.

Segundo o Ministério da Previdência Social, **546.254** benefícios por

incapacidade temporária decorrentes de transtornos mentais e comportamentais foram concedidos no Brasil em 2025. Foram **15,66%** a mais que em 2024. Ansiedade, com **166.489** benefícios, e episódios depressivos, com **126.608**, lideraram as causas. As mulheres representaram **63,46%** dos benefícios concedidos. O **RS aparece em terceiro lugar no país**, com **46.738** benefícios concedidos por transtornos mentais e comportamentais em 2025.

FATOR DE ADOECIMENTO

Diversos estudos associam fatores laborais ao aumento do risco de comportamento suicida. Por isso, prevenção não pode significar apenas colocar um laço amarelo na empresa durante o mês de setembro. É preciso cuidar das pessoas, mas também mudar ambientes e formas de organização do trabalho que adoecem.

Isso passa por combater o assédio, rever metas abusivas, garantir equipes suficientes, assegurar descanso, respeitar limites de jornada, fortalecer a proteção à saúde e garantir que trabalhadores/as possam denunciar situações de adoecimento sem medo de perseguição ou demissão. Também passa pelo fortalecimento da organização coletiva e da **ação sindical** na defesa de ambientes laborais saudáveis.

PREVENÇÃO PRECISA ACONTECER O ANO INTEIRO

O **SETEMBRO AMARELO** é um momento importante de conscientização, mas a defesa da saúde mental precisa continuar depois que setembro terminar.

Para os **sindicatos**, isso significa também olhar para aquilo que acontece dentro dos locais de trabalho. **Saúde mental é direito.** Condições dignas de trabalho também são prevenção.

Quem estiver em sofrimento psíquico intenso ou com pensamentos de suicídio deve buscar ajuda.

O atendimento pode ser procurado nas **Unidades Básicas de Saúde (UBS)** e nos **Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)**.

O **Centro de Valorização da Vida (CVV)** oferece apoio emocional gratuito pelo **telefone 188**, 24 horas por dia. Em situações de urgência, é possível procurar uma **UPA** ou pronto-socorro ou acionar o **SAMU pelo 192**.

SETEMBRO AMARELO é sobre preservar vidas. E preservar vidas também significa lutar para que ninguém adoça por causa do trabalho.

SE VOCÊ PRECISAR, PROCURE AJUDA!



ROTAS TECNOLÓGICAS

O Sindipetro-RS esteve representado, no dia **09/09**, na Oficina "**Rotas Tecnológicas para o Trabalho e Meio Ambiente**", realizada pelo DIEESE, com apoio do Fundo Labora e da IndustriALL Brasil. O encontro reuniu **dirigentes sindicais** de diferentes setores para discutir como as transformações tecnológicas e a descarbonização da economia impactam o emprego, as condições de

trabalho, a saúde dos trabalhadores e a negociação coletiva. A atividade também buscou construir propostas para que as escolhas tecnológicas considerem, além das dimensões ambientais e econômicas, os impactos sociais sobre trabalhadores e comunidades.

REITERANDO

O Sindipetro-RS iniciará, em breve, um contato direto com aposentados e pensionistas associados para orientar e esclarecer dúvidas sobre o **Programa de Avaliação da Saúde do Aposentado (PASA)**, da Saúde Petrobrás. Essa preocupação nasceu dos relatos de aposentados sobre as dificuldades enfrentadas pelos usuários e da necessidade de discutir formas de tornar o programa mais conhecido e acessível. Para o Sindicato é importante que os aposentados e pensionistas conheçam e utilizem o programa, mas

também que as dificuldades encontradas pelos usuários sejam conhecidas e enfrentadas.

CULTURA? TEMOS.

Porto Alegre ganha, em setembro, um novo espaço dedicado à cultura. O **Teatro Bancários RS**, no Centro Histórico, será inaugurado nos **dias 23, 24 e 25 de setembro**, com uma programação que reúne música e arte gaúcha, nacional e latino-americana. A abertura terá Vítor Ramil e Daniel Drexler (dia 23); a Filarmônica da UFRGS (dia 24); e o grupo gaúcho Tambo do Bando (dia 25). Antes, nos **dias 18 e 19**, o espaço recebe a Mostra de Teatro Circo Sul e, nos dias **26 e 27**, **Paulo Betti** apresenta a peça "Autobiografia Autorizada". O novo teatro tem capacidade para até 330 pessoas e conta com palco móvel, arquibancadas retráteis, estrutura completa de som e iluminação, três camarins e acessibilidade.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

REFAP 58 ANOS

UMA REFINARIA QUE CONTINUA PÚBLICA PORQUE OS PETROLEIROS LUTARAM

Inaugurada em **16 de setembro de 1968**, a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) atravessou diferentes momentos na sua história e chegou a estar na mira da privatização. Se hoje a Refap completa 58 anos como patrimônio da Petrobrás e do povo brasileiro, isso também é resultado de anos de resistência dos petroleiros/as.

UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

Esta caminhada de quase seis décadas não foi natural nem garantida. **A Refap esteve mais de uma vez na mira da privatização.** Em diferentes períodos, parcelas ou até a totalidade desse patrimônio construído com recursos públicos foram colocadas à disposição do capital privado. E, especialmente a partir do ciclo político iniciado em 2016, os petroleiros/as precisaram transformar a defesa da refinaria em uma das principais bandeiras de lutas da categoria no RS. Por isso, comemorar os **58 anos da Refap** significa lembrar uma história de resistência.

PATRIMÔNIO GAÚCHO DESDE 1968

A refinaria nasceu integrada ao projeto de expansão da Petrobrás e da capacidade nacional de refino. Ao longo das décadas seguintes à sua criação, a Refap cresceu, foi modernizada e ganhou novas unidades. A pequena capacidade inicial multiplicou-se várias vezes.

A ENTREGA DE 30% À REPSOL

A história da refinaria já havia conhecido uma primeira experiência de participação privada. Em dezembro de 2001, uma operação de troca de ativos entre Petrobrás e Repsol YPF transferiu à companhia estrangeira 30% da Refap. Mas em dezembro de 2010 a Petrobrás recomprou os 30% da Repsol e a Refap voltou a ser integralmente Petrobrás.

PRIVATIZAÇÃO NA PORTA DA REFAP

A partir do golpe de **2016**, a Petrobrás passou a aprofundar uma política de desinvestimentos e venda de ativos. No governo Temer, com Pedro Parente na companhia, houve iniciativas de abertura



do setor de combustíveis e ampliação da participação privada no refino. Em abril de 2018, a Petrobrás anunciou a venda de 60% do bloco de refino da Região Sul, incluindo Refap, Repar e ativos logísticos como terminais e dutos. A resistência dos trabalhadores cresceu e a categoria já discutia greve em meio ao processo de venda das refinarias e outros ativos.

BOLSONARO DOBROU A APOSTA NA PRIVATIZAÇÃO

Em **2019**, a Petrobrás anunciou a venda integral de **oito refinarias, entre elas a Refap**, e em novembro os petroleiros gaúchos aprovaram greve enquanto a Petrobrás iniciava a fase vinculante de venda das primeiras refinarias. Para o Sindipetro-RS, a mobilização era uma forma de enfrentar o desmonte da estatal, defender os empregos e alertar a sociedade gaúcha para as consequências da privatização.

Em fevereiro de **2020**, uma nova e histórica greve nacional dos petroleiros chegou à Refap. Mais uma vez, os trabalhadores denunciaram os riscos da privatização.

O Sindicato também procurou governos, parlamentares, prefeitos e câmaras municipais e levou o debate para a sociedade. Era uma luta sindical, mas também uma luta pelo Rio Grande do Sul.

O momento mais crítico ocorreu em **2021**. A Petrobrás confirmou que estava **negociando a venda da Refap para a Ultrapar**. A empresa havia apresentado uma proposta vinculante para a aquisição da refinaria, e as negociações avançaram.

O Sindipetro-RS intensificou as denúncias. Além da perda de um patrimônio estratégico, havia preocupação com empregos, abastecimento, preços dos combustíveis, arrecadação estadual e municipal e royalties recebidos por municípios gaúchos. À época, estudos apontavam que a atividade da Refap chegava a responder por aproximadamente **15% da arrecadação de ICMS do Estado**.

A privatização não significava, portanto, simplesmente trocar a placa na entrada da refinaria. Significava mexer profundamente na economia gaúcha e entregar a uma empresa privada uma estrutura estratégica para o abastecimento energético do Estado.

A resistência continuou até que a mudança de governo, em 2022, interrompeu definitivamente o processo de privatização, inclusive da Refap.

A REFAP ESTATAL TEM A MARCA DOS TRABALHADORES

Diversos fatores contribuíram para que a Refap não fosse vendida. Mas é impossível contar a história da permanência da Refap como patrimônio público sem reconhecer o papel desempenhado pelos petroleiros/as. Quando diziam que a privatização era inevitável, os trabalhadores disseram não. Quando colocaram a Refap no mercado, os trabalhadores foram para a rua. Quando tentaram transformar patrimônio público em negócio privado, os petroleiros defenderam que petróleo, energia, refino e abastecimento são questões de soberania nacional. E a história mostrou que aquela luta valia a pena ■



CIDADANIA

COM A DEMOCRACIA NÃO SE BRINCA!

Frente às notícias da semana passada envolvendo o STF, a CUT se manifestou sobre o caso. Em nota divulgada no **dia 08/09**, a Central afirmou que ninguém está acima da lei e que eventuais irregularidades devem ser apuradas, com respeito às normas legais e ao direito de defesa. A entidade também demonstrou preocupação com possíveis irregularidades e defendeu que os conflitos no interior das instituições sejam tratados com rigor, prudência, transparência e respeito à democracia.



A manifestação ocorreu após o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinar o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência do órgão, Leandro Almada. A decisão ampliou a **crise institucional** envolvendo o STF e a Polícia Federal e provocou novos questionamentos sobre a condução das investigações.

Em nota pública, a CUT lembra que, historicamente, tem atuado na **defesa intransigente da democracia** e que confia que o próprio Supremo saberá tratar e solucionar internamente suas divergências, preservando a instituição e o papel fundamental que ela exerce na sociedade brasileira. Também **reiterou que ninguém está acima da lei e que eventuais irregularidades devem ser apuradas, assegurando-se as normas legais e o direito de defesa.**

“É importante que essas questões não criem uma cortina de fumaça sobre problemas que afetam nossa democracia, como o **escândalo do Banco Master**, no qual diversas personalidades estão envolvidas e devem explicação, inclusive o ministro André Mendonça, e **nem desviem o país dos debates que efetivamente interessam à população, especialmente em um período eleitoral**”, disse a CUT, lembrando que temas como o fim da escala 6x1, a segurança pública, a soberania sobre as terras raras e os minerais estratégicos, a geração de emprego e renda e os direitos da classe trabalhadora precisam estar no centro da agenda nacional.

Ao final da nota, a Central informa que seguirá atenta e atuante, defendendo a normalidade democrática, a soberania do voto e um processo eleitoral livre, no qual a sociedade possa debater os caminhos para o futuro do Brasil.

DE OLHO NAS ELEIÇÕES

PAUTA AMBIENTAL - Depois de um ministro que sugeriu “abrir a porteira” para as questões ambientais, vimos, nos últimos anos, uma retomada de políticas relacionadas ao tema. O desmatamento da Amazônia caiu **50%** em relação a 2022; os alertas de desmatamento têm o menor nível da série; **R\$ 2,2 bilhões** foram aprovados em projetos do Fundo Amazônia em 2025; **16 territórios indígenas** foram homologados até agosto de 2025 e o Ibama realizou mais de **22,3 mil ações de fiscalização ambiental** em 2025.

Mesmo assim, isso é pouco frente aos grandes desafios ambientais. Por isso, o tema deveria estar no centro das propostas dos candidatos. Infelizmente, tem sido secundarizado por alguns e negado por outros. O candidato Flávio Bolsonaro, em seu programa de governo, traz pelo menos **sete proposta classificadas como “claramente antiambientais”** pelo **Observatório do Clima (OC)**, e apenas uma foi considerada positiva. Já o programa de Lula apresenta o maior número de compromissos positivos e detalhados na área ambiental. O levantamento foi divulgado **dia 10/09**, analisou as propostas de todos os candidatos à presidência e também levou em conta a atuação política anterior dos candidatos.

De acordo com o estudo, no caso de Flávio Bolsonaro, **o programa não reconhece a existência de uma crise climática**. Já o programa de Lula é o único, entre os seis analisados, que menciona o cumprimento da meta climática brasileira — a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) — e o Acordo de Paris, além de abordar medidas de adaptação às mudanças climáticas, compromissos relacionados ao fortalecimento da fiscalização ambiental e à agricultura sustentável.

A situação é vista com preocupação pelo Observatório. A análise mostra que os temas relacionados ao clima e ao meio ambiente recebem **atenção muito aquém da necessária**. Para a entidade, é lamentável ver como alguns candidatos simplesmente ignoram o assunto em seus planos de governo ou, pior, chegam até mesmo a negar a existência das mudanças climáticas.

SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ATENDIMENTO DA ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - Dr. Lúcio Costa e Dra. Graciele Santiago Gonçalves - plantão na sede de Porto Alegre às quartas-feiras, das 14h às 16h e na Delegacia de Canoas às sextas-feiras, das 10h às 12h. Agendamento pelo telefone (51) 99630-6203

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - Dr. Abrão Blumberg e Caroline Anversa - Agendamento pelo WhatsApp (51) 99292.1642.

ASSISTENTE SOCIAL - Jaqueline da Costa - O atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria (51) 99894.3814.

NOTAS

■ ASSÉDIO ELEITORAL I

Uma pesquisa inédita do **Tribunal Superior do Trabalho (TST)** e do **Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)** ajuda a revelar como o assédio eleitoral acontece dentro das relações de trabalho. O estudo analisou uma amostra de **138 processos** e encontrou números preocupantes: em **92%**, havia situações em que a própria organização permitia, estimulava ou legitimava práticas de assédio eleitoral; **81,9%** apresentavam terror psicológico; **67,4%** envolviam meios virtuais, sendo o WhatsApp o principal instrumento tecnológico utilizado; e **61,7%** apresentavam intimidação econômica, envolvendo salário, ameaça de perda de função ou oferta de prêmios e vantagens. Entre as práticas identificadas também aparecem criação de grupos para propaganda política, envio obrigatório de conteúdos, exigência de publicação de “santinhos” no status pessoal e até monitoramento das redes sociais dos empregados. Assédio eleitoral não é opinião política nem exercício legítimo da liberdade de expressão. Quando a relação de poder no trabalho é utilizada para pressionar ou interferir no voto, o direito de escolha do trabalhador/a está sendo atacado.

■ ASSÉDIO ELEITORAL II

O **RS** é o **terceiro estado brasileiro com maior número de processos por assédio eleitoral no trabalho**. Até agosto de 2026, a Justiça do Trabalho registrou **738** processos sobre o tema em todo o país. Desse total, **10,5% estão no RS**. O Estado fica atrás apenas de São Paulo (17,5%) e Paraná (14,6%). Frente a esses números, nunca é demais reafirmar que o voto é livre e secreto. Patrão, chefia ou empresa não podem ameaçar, pressionar ou oferecer vantagens para interferir na escolha política dos trabalhadores e trabalhadoras. Assédio eleitoral é crime. Não se cale. Denuncie!

(Fonte: Pesquisa “Assédio eleitoral nas relações de trabalho: diagnóstico empírico dos processos judiciais e das práticas institucionais na Justiça do Trabalho”, TST/CSJT).